



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Antonio Anastasia

REQUERIMENTO N° DE - CRE

Senhora Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de repúdio às inúmeras arbitrariedades que vêm sendo continuamente cometidas pelo governo de Daniel Ortega, dentre elas as sistemáticas prisões de adversários políticos, jornalistas, servidores públicos e demais oposicionistas ao atual regime na Nicarágua. As medidas se inserem em um contexto pré-eleitoral e têm claros propósitos antidemocráticos.

JUSTIFICAÇÃO

Desde a tomada de medidas impopulares em 2018 e as consequentes manifestações populares de protesto, a Nicarágua tem sofrido grande instabilidade política associada à repressão violenta por parte do governo de Daniel Ortega. Nesse ano, pelo menos 545 pessoas foram mortas e 4.553 ficaram feridas, segundo a Associação Nicaraguense Pró-Direitos Humanos (ANPDH). Dentre os mortos, relembra-se a brasileira Raynéia Gabrielle Lima, estudante de medicina em Manágua.

Aproximando-se novas eleições, o modelo de governo autoritário assumiu novos moldes. Cinco pré-candidatos já foram presos, bem como ao menos 125 cidadãos nicaraguenses[1]. Uma das prisões mais recentes, ocorrida no dia 15 de junho do corrente ano, foi a do oposicionista e Gerente Geral do Banpro, Luis Alberto Rivas Anduray. A medida foi tomada horas após vinte e seis — dentre eles

SF/21178.08831-81 (LexEdit)

o Brasil — dos trinta e quatro países que compõem a Organização dos Estados Americanos (OEA) exigirem a liberação imediata de todos os presos políticos.

Entendemos que o respeito à autonomia de cada país é essencial para as boas relações exteriores. Porém, as recentes prisões de oposicionistas, especialmente dos mais fortes pré-candidatos adversários, ferem o direito de escolha do povo nicaraguense, já ameaçado pela violência estatal.

Os possíveis candidatos presos meses antes das eleições foram Cristiana Chamorro, Felix Maradiaga, Arturo Cruz, Juan Sebastián Chamorro e Miguel Mora. As acusações sobre eles têm como semelhança alegações de incitação à ingerência estrangeira e de atentados contra a independência do país, além de outros crimes.

Importante ressaltar que o atual regime nicaraguense também tem como alvo o jornalismo independente. De acordo com as autoridades do país, Cristiana Chamorro teria praticado o crime de lavagem de dinheiro ao receber doações da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) para sua ONG, Fundação “Violeta Barrios de Chamorro para la Reconciliación y la Democracia”, que tem como objetivo a capacitação de jornalistas independentes e a defesa da liberdade de informação e expressão. Alega-se que a entidade não se enquadra na Lei de Agentes Estrangeiros, aprovada no final de 2020 pela Assembleia de maioria governista.

O caso serviu como fundamento para a emissão de diversas intimações contra repórteres, radialistas e diretores de publicações, aumentando a pressão sobre a mídia do país. Dentre os intimados está Fabio Gadea Mantilla, de 89 anos, jornalista que concorreu contra o atual presidente em 2011.

Nesse contexto, no dia 22 de junho deste ano, a Human Rights Watch emitiu relatório intitulado “Críticos sob ataque: assédio e detenção de opositores, defensores de direitos e jornalistas antes das eleições na Nicarágua”[2]. O trabalho,

realizado entre fevereiro e junho de 2021, contém entrevistas com 53 pessoas no país, incluindo 46 ativistas, advogados, jornalistas e defensores dos direitos humanos. Ademais, fotos e vídeos das prisões efetuadas documentam os fatos.

Como resultado, a organização identificou a intensa ação policial sobre os investigados, que vai, desde limitar a saída da cidade em que moram, até a restrição de sua presença em eventos partidários. Quanto aos detidos, o relatório descreveu o tratamento abusivo na detenção que, ao menos em dois dos casos documentados, equivaleria à tortura.

O documento ainda examina reformas legislativas ocorridas a partir de 2020. Dentre elas, destacam-se a reforma eleitoral, com mecanismos que aumentaram o controle do atual presidente sobre o processo eleitoral; a Lei de Defesa dos Direitos das Pessoas à Independência, Soberania e Autodeterminação para a Paz, que proíbe “traidores” de concorrerem a cargos públicos; e a reforma do Código de Processo Penal, que estende o período de 48 horas para 90 dias de detenção sem acusação. Conforme mencionado anteriormente, a Lei de Agentes Estrangeiros, utilizada como base para a prisão de Cristina Chamorro, foi promulgada em outubro de 2020 e tem como objetivo controlar o recebimento de recursos estrangeiros por entidades nacionais. Para a Human Rights Watch, as medidas são evidentes tentativas de Ortega para suprimir direitos democráticos básicos do povo nicaraguense.

Diante disso, e tendo em vista a prevalência dos direitos humanos e democráticos como princípios orientadores da República Federativa do Brasil em suas relações internacionais, esta Comissão endossa fortemente o pedido da OEA para a libertação imediata dos opositores ao governo de Daniel Ortega arbitrariamente detidos na Nicarágua e a aplicação das normas internacionais para a realização de eleições livres e justas em novembro deste ano, com a participação de observadores eleitorais isentos e confiáveis da OEA e de outros países.

[1] Número divulgado pelo Mecanismo para el Reconocimiento de Personas Presas Políticas até junho de 2021. Mechanism for the Recognition of Political Prisoners, “Preliminary List: Political Prisoners in Nicaragua” (“Lista-Informe Preliminar Personas Presas Políticas en Nicaragua”), 14 de junho de 2021. Disponível em <https://presasypresospoliticosnicaragua.org/wp-content/uploads/2021/06/LISTA-JUNIO.pdf>. Acesso em 22 jun. 2021).

[2] HUMAN RIGHTS WATCH. Critics Under Attack: Harassment and Detention of Opponents, Rights Defenders and Journalists Ahead of Elections in Nicaragua, 22 jun. 2021. Disponível em: <https://www.hrw.org/report/2021/06/22/critics-under-attack/harassment-and-detention-opponents-rights-defenders-and>. Acesso em: 22 jun. 2021.

Sala das Comissões, 23 de junho de 2021.

**Senador Antonio Anastasia
(PSD - MG)**